

SEÇÃO ARTIGOS

Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira¹: temas e questões de pesquisa

Gatherer Reserves in the Brazilian Amazon: topics and issues for research

Reservas de Recolectores en la Amazonía Brasileña: temas y problemas para la investigación

DOI: <https://doi.org/10.22409/eg.v11i24.58749>

 [Anselmo Gonçalves da Silva](#)²
Instituto Federal do Acre (IFAC),
Acre, Brasil
e-mail: anselmo.silva@ifac.edu.br

Resumo

A Reserva Extrativista é uma categoria de área protegida do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), amplamente empregada na Amazônia brasileira, com setenta e sete unidades que totalizam aproximadamente 147.464 km² — uma área maior que a da Inglaterra, por exemplo. Após mais de três décadas de existência, crises e conflitos têm emergido na pauta pública e agenda política, notadamente o aumento do desmatamento e da pecuária, além de desafios como o baixo nível de implementação e incoerências com o conceito-projeto original. Apesar dos problemas, as Reservas Extrativistas continuam sendo um importante instrumento para o planejamento territorial na Amazônia. Neste contexto, este ensaio propõe uma agenda de pesquisa para subsidiar a gestão adaptativa das Reservas. A metodologia baseou-se numa revisão narrativa de literatura e na experiência de longo prazo do autor. Os resultados apontam um caminho para que as Reservas Extrativistas alcancem seu potencial de inovação societal, conforme “sonhado” pelo movimento seringueiro.

Palavras-chave

Amazônia; Reservas Extrativistas; Áreas protegidas; Populações tradicionais; Seringueiros.

¹ Uma primeira versão deste texto, intitulada “32 Anos de Reservas Extrativistas na Amazônia brasileira: temas e problemas de pesquisa”, foi apresentada em 25 de novembro de 2022 no IV Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura – SEMLACult.

² Professor no Instituto Federal do Acre (IFAC). Doutorando em Estudos Contemporâneos no Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

The *Reserva Extrativista* (Gatherer Reserve) is a category of protected area under the National System of Nature Conservation Units (SNUC), widely employed in the Brazilian Amazon, with seventy-seven units totaling approximately 147,464 km² — an area larger than that of England, for instance. After more than three decades of existence, crises and conflicts have emerged in the public agenda and political discourse, notably the increase in deforestation and cattle ranching, as well as challenges such as the low level of implementation and inconsistencies with the original concept-project. Despite these problems, the *Reserva Extrativista* remain an important instrument for territorial planning in the Amazon. In this context, this essay proposes a research agenda to support the adaptive management of the Reserves. The methodology is based on a narrative literature review and the author's long-term experience. The results point to a path for *Reservas Extrativistas* to reach their potential for societal innovation, as envisioned by the rubber tapper movement.

Keywords

Amazon; Gatherer Reserves; Protected areas; Traditional populations; Rubber tappers.

Resumen

La *Reserva Extrativista* (Reserva de Recolectores) es una categoría de área protegida del Sistema Nacional de Unidades de Conservación de la Naturaleza (SNUC), ampliamente empleada en la Amazonía brasileña, con setenta y siete unidades que totalizan aproximadamente 147.464 km² — un área mayor que la de Inglaterra, por ejemplo. Después de más de tres décadas de existencia, crisis y conflictos han surgido en la agenda pública y política, notablemente el aumento de la deforestación y la ganadería, además de desafíos como el bajo nivel de implementación e inconsistencias con el concepto-proyecto original. A pesar de los problemas, las *Reservas Extrativistas* siguen siendo un importante instrumento para la planificación territorial en la Amazonía. En este contexto, este ensayo propone una agenda de investigación para subsidiar la gestión adaptativa de las Reservas. La metodología se basó en una revisión narrativa de la literatura y en la experiencia a largo plazo del autor. Los resultados apuntan a un camino para que las *Reservas Extrativistas* alcancen su potencial de innovación social, según lo “soñado” por el movimiento cauchero.

Palabras clave

Amazonia; Reservas de Recolectores; Áreas protegidas; Poblaciones tradicionales; Caucheros.

Introdução

Nas últimas pouco mais de três décadas, foram criadas 96 Reservas Extrativistas no Brasil, abrangendo aproximadamente 156.899 km² — uma extensão superior à de países como Portugal (92.152 km²) e Coreia do Sul (100.210 km²), por exemplo. A Amazônia brasileira abriga cerca de 94% da área total dessa categoria de área protegida, totalizando 77 unidades, que, em conjunto, corresponderiam ao 92º país em tamanho (MMA, 2022).

Ao longo desse percurso histórico, diversas forças e processos impactaram essas unidades territoriais, promovendo transformações, em alguns casos estruturais (Mascarenhas; Brown; Silva, 2018; Silva; Silva; Yamada, 2019; Fittipaldy; Castelo, 2021; Franco; Sahr, 2022). Simultaneamente, o conjunto institucional representado pelo termo “Reserva Extrativista”

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

passou por modificações em seus marcos legais e nos artefatos³ que determinam sua implementação (Silva, 2024a). Essas mudanças afastaram a Reserva Extrativista de seus fundamentos filosóficos originais, que se baseavam, especialmente, na apropriação comunal do território, numa perspectiva de autonomia e autogestão, priorizando as epistemes locais (Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Rezende, 2013; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Silva, 2024b).

Além disso, uma parcela significativa dos apoios governamentais esperados pelo movimento extrativista⁴ não se materializou (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). Houve falta de suporte para promover a economia da floresta e modos de produção sustentáveis, desenvolver infraestrutura, implementar políticas de educação e saúde específicas, fortalecer a governança territorial, entre outros (Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). Essa conjuntura intensifica a pressão sobre os residentes, que buscam meios para atender às suas crescentes necessidades na contemporaneidade (Castelo, 2015) — o que pode resultar na redução da capacidade de resiliência das Reservas Extrativistas.

Como consequência, observa-se uma ampla variedade de conflitos e problemáticas ascendentes no nível local em diversas regiões, principalmente em áreas de “fronteiras de *commodities*” e de “*extractivisms*”⁵⁶ na Amazônia brasileira (Sauer, 2018; Beckert *et al.*, 2021a;

³ O termo “artefatos” refere-se a existências formais e não formais associadas e adjuntas ao processo de implementação das Reservas Extrativistas. Essas podem incluir leis, políticas, instituições com suas modelagens organizacionais, cultura organizacional, políticas e práticas de gestão, como o modelo de fiscalização ambiental, por exemplo, dentre outras existências.

⁴ O movimento social “extrativista” é representado em nível nacional, principalmente, pelo Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS). Essa instituição foi criada em 1985 durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros, inicialmente com o nome de Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), para representar essa categoria. Em 2009, com a finalidade de representar uma diversidade de grupos extrativistas brasileiros, no 2º Congresso das Populações Extrativistas da Amazônia e o 8º Encontro Nacional, aprovou-se a mudança do nome da entidade para Conselho Nacional das Populações Extrativistas, mantendo a mesma sigla CNS (Memorial Chico Mendes, 2022).

⁵ O termo “*extractivisms*” em inglês representa “um complexo de práticas, mentalidades e diferenciais de poder, subscrevendo e racionalizando modos socioecológicos destrutivos de organizar a vida através da subjugação, esgotamento e não reciprocidade” (Chagnon *et al.*, 2022, p. 763, tradução nossa. No original: “a complex of self-reinforcing practices, mentalities, and power differentials underwriting and rationalizing socio-ecologically destructive modes of organizing life through subjugation, depletion, and non-reciprocity”). Os *extractivisms* funcionam como uma cosmologia que viabiliza o desmatamento na Amazônia, ou seja, a extinção de vidas não humanas, e a extração de elementos do território tomados como “recursos”, sem preocupações com a manutenção dos sistemas socioecológicos (Kröger, 2021a).

⁶ Conforme informação verbal fornecida por Fátima Cristina da Silva durante o encontro de pesquisadores da Amazônia na Finlândia, ocorrido em dezembro de 2021, o termo não deve ser traduzido literalmente para o português como “extrativismo”. Isso ocorre porque, no contexto brasileiro, “extrativismo” tradicionalmente

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Kröger, 2021a). Nessas regiões, o desmatamento e a expansão agropecuária ameaçam descaracterizar diversas reservas (Pereira, 2013; Mascarenhas; Brown; Silva, 2018; Silva; Silva; Yamada, 2019; Franco; Sahr, 2022).

No espaço público, nota-se um aumento nos questionamentos acerca de modelos não-hegemônicos de uso e ocupação na Amazônia brasileira, como as Terras Indígenas e as Reservas Extrativistas (Grill; Reis, 2021; Ribeiro; Teixeira, 2021). Além dos discursos políticos nessa direção, amplamente promovidos pelo bolsonarismo⁷ (Barretto Filho, 2020), diversas iniciativas políticas, alinhando interesses locais e instrumentalizando conflitos não resolvidos, assumem, dentre seus objetivos, deslegitimar o modelo Reserva Extrativista. Um exemplo disso é o PL 6024/2019, que propõe a desafetação de parte da Reserva Extrativista Chico Mendes (Machado *et al.*, 2020).

Desde a criação desta modalidade de ordenamento e planejamento territorial, nota-se em diversos segmentos sociais, especialmente em regiões sujeitas a maior pressão de *extractivisms*, inclusive entre os moradores das reservas, a presença de uma percepção dual e polarizada acerca da institucionalidade Reserva Extrativista. No Acre, noto que há, geralmente, uma dicotomia de opiniões sobre seus impactos, com debates sobre se ela foi benéfica ou prejudicial, se “deu certo” ou “deu errado”, e se deveria continuar existindo ou ser extinta.

Ante a esse cenário, ao considerar a representatividade territorial, a importância política e o potencial dessa modalidade para a determinação do futuro amazônico, torna-se fundamental avançar no conhecimento das problemáticas emergentes da implementação das Reservas Extrativistas. Essa necessidade requer uma abordagem complexa e interdisciplinar, com foco na geração de subsídios para a sua gestão adaptativa (Melo; Agostinho, 2007; Tebet; Trimble, 2019; Silva; Carneiro; Imura, 2022).

representa o manejo sustentável de recursos florestais e aquáticos, estando associado à história das Reservas Extrativistas e do movimento extrativista institucionalmente organizado no CNS (Conselho Nacional das Populações Extrativistas).

⁷ O bolsonarismo é um movimento político de extrema direita associado ao ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Caracteriza-se por posições políticas conservadoras, nacionalistas e frequentemente antidemocráticas, que se opõem aos direitos das minorias e à ciência estabelecida, frequentemente instrumentalizando politicamente as religiões evangélica e católica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**.

Niterói, vol. 11, nº 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Autores com distintas perspectivas analíticas abordaram aspectos associáveis à implementação dessa modalidade, assim como a dinâmica de reprodução social⁸ das populações residentes nessas áreas. Essa produção científica discute principalmente mudanças culturais, transformações produtivas e nos padrões de produção do espaço habitado, a viabilidade da economia do extrativismo florestal sustentável, a adequabilidade da modelagem, gestão e implementação do modelo, entre outros.

Considerando o exposto, elaborei este ensaio orientando-me pela seguinte pergunta: Quais temas e questões de pesquisa, focados em uma gestão adaptativa das Reservas Extrativistas, poderiam ser propostos a partir da literatura sobre a sua implementação? Minha argumentação baseia-se em minha experiência profissional e de pesquisa de longo prazo com Reservas Extrativistas no Acre. No período de 2009 a 2017, atuei como analista ambiental no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Posteriormente, entre 2022 e 2023, conduzi uma pesquisa com juventudes nas Reservas Extrativistas Chico Mendes e Cazumbá-Iracema, pelo Instituto Federal do Acre (IFAC).

A metodologia adotada incluiu uma revisão narrativa da literatura (Emferm, 2007). Neste tipo de revisão — não sistemática — realizei buscas na base de dados do Google Acadêmico utilizando os termos “Reserva Extrativista” e “Extractive Reserve”, considerando textos em português e inglês, abrangendo o período de 2000 a 2023. Após a análise preliminar dos títulos e, quando necessário, dos resumos, selecionei para análise textos que indicavam abordar aspectos relacionados às problemáticas de implementação das Reservas Extrativistas, de acordo com critérios não objetivos. A pesquisa bibliográfica foi complementada com textos já conhecidos por mim, bem como por uma busca manual em suas listas de referências.

Como resultado, elaborei uma agenda de pesquisa que considero crucial para apoiar a adaptabilidade deste modelo diante das problemáticas emergentes e do contexto atual da sociedade brasileira e da Amazônia. O texto está organizado em sete temas de pesquisa, acompanhados por questões associadas. Esses temas, apresentados ao longo do artigo, incluem: “transformações associadas entre práticas produtivas e cultura”, “pecuária e agricultura não

⁸ O termo “reprodução social” é relativo à dinâmica que envolve permanências, inovações, ressignificações e rupturas nas características de um grupo populacional ao longo do processo de sucessão geracional no tempo.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

tradicional: contextos, consequências e possibilidades”, “assimetrias de poder e de direitos percebidas pelos residentes”, “a filosofia original do modelo e a homologia com sua implementação”, “o extrativismo no futuro”; “resiliência de culturas tradicionais”, “eficácia do modelo no alcance dos seus objetivos, gestão e políticas públicas”. Ao final, abordo o que considero serem as “características e limitações” deste ensaio.

Tema 1: Transformações associadas entre práticas produtivas e cultura

Mudanças nas práticas dos residentes de Reservas Extrativistas amazônicas, especialmente aquelas relacionadas à produção-economia, mas não apenas, parecem exercer um impacto significativo nas culturas locais, estabelecendo uma relação dialógica que propicia transformações contínuas (Castelo, 2015). Na Reserva Extrativista Chico Mendes (RECM), por exemplo, considerada “berço” da gênese dessa modalidade, pesquisadores identificaram transformações culturais profundas associadas à expansão da pecuária, com repercussões na sustentabilidade (Castelo; 2015; Hoelle, 2015; Fittipaldy, 2017; Silva; Silva; Yamada, 2019; Kröger, 2019).

Hoelle (2015), ao analisar a ascensão da pecuária no Acre, relata que identidades como a dos seringueiros (extrativistas), fundamentadas principalmente em práticas produtivas, enfrentam questionamentos e tensões em meio às mudanças dessas próprias práticas. Para o autor, as percepções culturais ligadas à tradição seringueira continuam a orientar essas populações até certo ponto, mas essas disposições estão sendo gradualmente subsumidas por fatores estruturais que favorecem amplamente a pecuária em detrimento dos meios de subsistência florestal — motivo pelo qual muitos seringueiros optam por se dedicar à criação de gado.

Segundo Kröger (2019), estudando esse fenômeno também na RECM, a resistência tradicional dos seringueiros à pecuária e à extração ilegal de madeira, por exemplo, baseou-se em argumentos de uma economia moral mais antiga, relacionada a uma ética específica de relação com a floresta e de rejeição de males do capitalismo. Mudanças significativas na economia moral, promovidas pela economia política dominante, alteraram a dimensão subjetiva das populações, expressando-se em transformações nas atitudes, hábitos, relações sociais, entre outros. Essas mudanças no espaço produzidas pela pecuária têm consequências no futuro, pois

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

inviabilizam, pela redução crescente das florestas, economias morais e políticas de base florestal, o que pode levar à extinção de subjetividades “extrativistas” tradicionais em poucas gerações.

Silva, Silva e Yamada (2019), ao compararem percepções e expectativas de jovens de duas comunidades da RECM, indicam que essas transformações ocorrem com distinções importantes na escala do local e dependem de fatores como: a) qualidade de vida percebida pelas populações; b) contato com portadores discursivos e c) avaliação dialógica no tempo, entre as percepções atuais de sucesso na satisfação das necessidades constituídas e as expectativas de viabilidade futura de iniciativas em torno do projeto das Reservas Extrativistas. Segundo os autores, esses fatores podem influenciar adaptabilidades do social, do cultural e do político, afastando ou não os moradores da visão de “desenvolvimento”⁹ proposta pela Reserva Extrativista.

É importante destacar que esses fenômenos em Reservas Extrativistas amazônicas são percebidos com maior impacto nas fronteiras de expansão da agropecuária, onde os *extractivisms* se expandem com maior pressão sobre sistemas socioecológicos diferenciados (Sauer, 2018; Kröger, 2019, 2021a). Além dos aspectos econômicos desses fenômenos, as suas dimensões onto-epistemológicas¹⁰ são uma importante abordagem a ser desenvolvida (Escobar, 2016; Kröger, 2021a; 2021b).

Diante dessa discussão, que mobiliza mudança cultural associada dialogicamente a transformações econômicas e de práticas (pecuária, agricultura intensiva, entre outras), pode-se formular como relevantes as seguintes questões:

- Quais transformações estão em curso no processo de reprodução social das populações em Reservas Extrativistas, levando em consideração as inter-relações entre as dimensões cultural e econômico-produtiva)?

⁹ O termo “desenvolvimento” é utilizado na sua forma mais literal, sendo definido como “o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo” (Maluf, 2000, p. 71).

¹⁰ Neste texto, seguindo a abordagem de Pérez e Saavedra (2017), ao referir-me simultaneamente ao conjugado de um “mundo” existente (ontologia) e aos “modos” como os seus sujeitos produzem conhecimentos (epistemologia), optei por utilizar a fusão dos dois termos, na forma de “onto-epistemologia”. Observo que utilizei o traço para demarcar a distinção ainda presente entre os termos-conceitos.

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

- Quais rupturas culturais específicas estão sendo observadas nesse contexto de mudanças? Quais são os seus impactos nessas populações?
- Como essas transformações culturais estão associadas a conflitos dentro das populações extrativistas e com a modalidade Reserva Extrativista?
- Que disputas, relacionadas à implementação das Reservas Extrativistas, se desenvolvem na dimensão da cultura e das ideologias? Que aspectos de poder estão vinculados a essas disputas? Quais são os atores sociais envolvidos nesse quadro?
- Quais aspectos onto-epistemológicos estão envolvidos nos *extractivisms* em Reservas Extrativistas?
- Que recomendações podem ser feitas para promover a emergência de ontologias e epistemologias locais como projetos alternativos em face das propostas hegemônicas das sociedades modernas capitalistas para a Amazônia?

Tema 2: Pecuária e agricultura não tradicional: contextos, consequências e possibilidades

A presença e expansão da pecuária em Reservas Extrativistas amazônicas têm emergido como uma problemática significativa em pesquisas recentes (Perez, 2018; Freitas, 2018; Choma, 2018; Spínola; Carneiro Filho, 2019; Silva, Silva; Yamada, 2019; Andrade, 2019; Arnaud, 2019; Nascimento, 2021; Maciel; Mangabeira; Kassai, 2021; Silva, 2023).

Na RECM, objeto das pesquisas apresentadas anteriormente, a interligação entre o crescimento da atividade pecuária e novos padrões de produção do espaço habitado, como o desmatamento, é evidente. Mascarenhas, Brown e Silva (2018), ao estudar o desmatamento nesta área protegida, relatam que cerca de 5,6% da área foi desmatada entre 1997 a 2016. O tamanho médio dos polígonos aumentou de 3 ha/ano (2001 a 2006) para 8 ha/ano (2007 a 2016), com 92% deles representando expansão de áreas desmatadas preexistentes.

Em outras Reservas Extrativistas, as pesquisas sobre pecuária resultam em conclusões divergentes. Em um estudo sobre a criação de bubalinos na Reserva Extrativista Verde para Sempre, no Estado do Pará, Quinzeiro Neto *et al.* (2014) destacam que a criação desses animais é uma prática tradicional, estabelecida naquele território desde o início do século XX. O estudo argumenta que, na escala familiar, a criação de bubalinos não está associada ao desmatamento, uma vez que os rebanhos são manejados em áreas de várzea dos rios. Além disso, sugere que a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaios de Geografia*.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

bubalinocultura deve ser considerada um elemento fundamental nas políticas públicas de sustentabilidade. Em uma abordagem semelhante, Pantoja, Costa e Postigo (2009, p. 127), ao estudar a Reserva Extrativista Alto Juruá, defende a ideia de que “é necessário retirar o excessivo foco que tem recebido a ‘pecuarização’ das Reservas e contextualizá-la como um processo com múltiplas conexões”.

Na Reserva Extrativista Tapajós Arapiuns, no Estado do Pará, Spínola e Carneiro Filho (2019) caracterizam a atividade pecuária como de subsistência, devido ao porte e modos de produção identificados. Conforme os autores, até o momento, ela não se configura como um vetor importante de desmatamento na área protegida. Entretanto, alertam para uma perspectiva de longo prazo, indicando que poderia vir a se tornar um fator relevante nesse aspecto. Apesar dessa consideração, os pesquisadores defendem que o debate sobre o tema não deve ser pautado pela dicotomia entre a permissão ou proibição da criação de gado em Reservas Extrativistas. Ao invés disso, propõem que o foco seja direcionado para a sustentabilidade das práticas econômicas, levando em consideração as particularidades de cada realidade local.

No mesmo estudo, Spínola e Carneiro Filho (2019), conduziram uma análise da cobertura do solo em 30 Reservas Extrativistas Amazônicas. Os resultados revelam que em 28 dessas reservas, o território convertido em pastagem representa menos de 3%, com exceção das Reservas Extrativistas Itaú-Anilzinho, no Pará, e Rio Ouro Preto, em Rondônia. Em apenas três Reservas Extrativistas não foram identificadas áreas de pastagem. Embora essas descobertas forneçam informações relevantes, é fundamental considerar que as Reservas Extrativistas apresentam distintos níveis e formas de ocupação populacional. Para uma compreensão mais completa da atividade pecuária nessas áreas, futuras pesquisas devem incorporar esses dois fatores.

Além disso, neste estudo, uma análise comparativa dos dados de 2004, 2010 e 2014 revelou uma tendência de aumento gradual da pecuária nas Reservas Extrativistas dos Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Amapá. Contrapondo essa tendência, observou-se uma redução no Pará, com exceção da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. É importante salientar que, apesar de a pecuária ser tema atual de discussão nas Reservas Extrativistas, essa atividade é proibida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). De acordo

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

com o artigo 18º. do referido sistema (Brasil, 2000), apenas a criação de “animais de pequeno porte” é permitida.

Com base no exposto, destaca-se a importância das discussões na literatura acerca da pecuária em Reservas Extrativistas amazônicas. Além disso, é provável que essa discussão se amplie no futuro, possivelmente incluindo a expansão da agricultura intensiva e moderna nas reservas, liderada pelos próprios moradores, e o manejo da floresta com o plantio de espécies produtivas, nativas ou não, como o cacau, açaí, entre outros. Isso poderia modificar a estrutura e os ecossistemas florestais, acarretando impactos na conservação, o que deve ser uma preocupação especial para os sujeitos e atores sociais que priorizam a conservação da biodiversidade. Este fenômeno é abrangente no domínio produtivo e está intrinsecamente ligado a uma profunda dinâmica de transformações na economia e nas práticas dos extrativistas amazônicos.

Surge, assim, um ponto crucial de tensão e debate relacionado à implementação das reservas, uma vez que a inserção e o crescimento de atividades não tradicionais implicam pressões transicionais sobre as práticas tradicionais de base florestal. Em outras palavras, observa-se o adensamento de disputas e conflitos pela delimitação das proporções e interfaces no espaço entre atividades de produção de base florestal, não florestais e os objetivos de conservação de sistemas ecológicos e biodiversidade. Isso afeta o ordenamento territorial e o marco legal-normativo estabelecido, gerando uma série de conflitos diversos que tendem a mobilizar e tensionar a própria entidade Reserva Extrativista.

Nesse contexto, é essencial nos questionarmos:

- Quais são e como se caracterizam as principais pressões externas de *extractivisms* sobre Reservas Extrativistas amazônicas?
- Quais são as configurações das atividades de pecuária e da agricultura intensiva e moderna em Reservas Extrativistas amazônicas, e quais são seus efeitos, considerando as diversas tipologias de formações sociais, territorialidades e configurações socioecológicas acolhidas por esse modelo?
- Quais recomendações podem ser propostas para mitigar essas pressões?

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

- Quais são os aspectos processuais, financeiros e quantitativos do funcionamento dos *extractivisms* em Reservas Extrativistas amazônicas?
- Quais as cadeias de produção envolvidas?
- Quais recomendações podem ser feitas para incluir essas cadeias de produção na responsabilização pelas ilegalidades e externalidades produzidas?
- Qual seria um “lugar” e um “modo” sustentável, caso exista, para as atividades de pecuária¹¹ e de agricultura intensiva e/ou moderna no modelo Reserva Extrativista?
- Qual seria um “lugar” e um “modo” sustentável, para a modificação estrutural da composição de espécies florestais e animais que vivem em florestas primárias de Reservas Extrativistas?
- Dever-se-ia discutir um *mix* e configuração econômico-produtiva adequada para cada realidade local, buscando viabilizar a satisfação das necessidades percebidas pelas populações contemporâneas? Quais propostas poderiam ser formuladas nesse sentido?
- Como o ordenamento e planejamento territorial, junto à filosofia original das Reservas Extrativistas, poderiam dialogar com essas problemáticas? Isso, considerando a perspectiva de manutenção de princípios do modelo e, simultaneamente, de adaptação e contextualidade a cada configuração territorial local-regional na dimensão econômico-produtiva.

Tema 3: Assimetrias de poder e de direitos percebidas pelos residentes

Uma temática pouco explorada na literatura, mas que se destaca no nível local das Reservas Extrativistas que observei, diz respeito aos embates de natureza ética, filosófica, ideológica e jurídica relacionados à concepção dos direitos e deveres específicos dos residentes nessas áreas, especialmente os territoriais e ambientais. Isso parece ser mais relevante nas áreas de expansão da fronteira agrícola. A perspectiva diferenciada desses direitos e deveres em relação a outros tipos de populações é um aspecto que, por vezes, é implicitamente abordado, subentendido e subsumido nas abordagens de pesquisa.

¹¹ No contexto desse tema, é relevante revisar os aspectos filosóficos originais do modelo (Allegretti, 2002; Silva, 2024b). Observo que a proibição da criação de grandes animais ocorreu há cerca de dez anos após a institucionalização da modalidade Reserva Extrativista, por ocasião de sua inclusão no SNUC (Silva, 2024a).

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Em minhas observações no Acre desde 2009, tenho notado entre os moradores de Reservas Extrativistas o desenvolvimento crescente da percepção de que seus direitos são reconhecidos de maneira parcial e condicional, embora essa situação não seja comunicada nesses termos. Além disso, há um entendimento de que os moradores estão particularmente subjugados a atores do Estado, como o “órgão gestor”, e à sociedade “exterior” (pouco determinada, mas representada por ONGs, pela esquerda política e por países estrangeiros). Essa inquietação se manifesta como uma sensação de injustiça, desigualdade e tutela estruturais, mobilizada em torno e em contraposição à institucionalidade Reserva Extrativista. Em algumas situações, esse entendimento é construído numa abordagem comparativa, destacando assimetrias de direitos e condições em relação a moradores de projetos de assentamento de reforma agrária, fazendeiros, posseiros, entre outros grupos sociais.

Parece-me que as justificativas apresentadas pelos moradores, por meio de diversas construções narrativas, poderiam ser melhor compreendidas se consideradas em relação a fatores discutidos na literatura. Entre esses fatores estão restrições nos direitos territoriais, que limitam a sensação de estabilidade da posse; a instalação de dispositivos adicionais de controle de uso e ocupação em comparação com outras populações rurais; o foco da gestão na “conservação da biodiversidade” em detrimento da atenção às demandas pautadas pelos moradores; e a modelagem de gestão que concentra poder nas “mãos” do Estado, com baixa participação social efetiva (Lobão; Loto, 2012; Guerrero, 2012; Castro, 2013; Araújo, 2018; Prost, 2018; Choma, 2018; Perez, 2018; Silva, 2024a).

Uma expressão pejorativa, frequentemente reproduzida por moradores de Reservas Extrativistas no Acre, ilustra de maneira sintética essa discussão: “a gente é ‘cuidante’ do governo”. Atualmente, essas emergências estão sendo frequentemente instrumentalizadas pelo bolsonarismo e por grupos sociais e políticos da extrema direita com atuação na Amazônia (Barretto Filho, 2020), resultando em polarizações político-ideológicas e no aumento dos conflitos nas reservas. Ao mesmo tempo, no campo da esquerda política, observo que as questões levantadas pelos moradores são comumente interpretadas como simples oposição às Reservas Extrativistas, ou como originadas do próprio bolsonarismo (o que me parece equivocado), e não como problemáticas a serem consideradas para a adaptabilidade e aperfeiçoamento do modelo ao longo do tempo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Diante desse cenário, torna-se fundamental abordar, por meio de pesquisas participativas e com uma abordagem de cocriação (Morelli, 2021), as insatisfações e inquietações que surgem entre os moradores de Reservas Extrativistas. Ignorar essas questões, fazendo-as como ausências (Santos, 2018), pode agravar conflitos que poderiam ser gerenciados, indo de encontro aos princípios fundadores do modelo, como autonomia e autogestão (Allegretti, 2002; Silva, 2024b). Nesse enfoque, é essencial explorar:

- De fato, há uma emergência significativa de percepções de assimetrias e desigualdades entre moradores de Reservas Extrativistas amazônicas, conforme discutido no texto desta seção? Quais as características desse tipo de expressão?
- Quais fatores associados à institucionalidade Reserva Extrativistas são percebidos entre os moradores como “injustos”, “inadequados” e passíveis de modificação ou aperfeiçoamento?
- Quais são as propostas de moradores para tornar a institucionalidade Reserva Extrativista mais “justa” e adequada, especialmente no que diz respeito à mediação dos projetos de vida das suas famílias (especialmente em relação às juventudes)?
- Como as polarizações político-ideológicas influenciam a forma como os moradores interpretam e expressam suas preocupações em relação à Reserva Extrativista?
- Qual conjunto metodológico e proposta de intervenção poderiam ser empregados para gerenciar o tipo de conflito abordado nesta seção (afetivo, ideológico e ontológico), vinculado às polarizações mencionadas?

Tema 4: A filosofia original do modelo e a homologia com sua implementação

Na literatura, destacam-se as avaliações críticas de autores que acompanharam a geração e implementação das Reservas Extrativistas, apontando ambiguidades e incoerências entre os aspectos filosóficos originais do modelo e a sua implementação — o que resulta em impactos negativos nos objetivos inicialmente definidos (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Silva, 2024b). Dentre as críticas levantadas, diversos aspectos merecem destaque.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Um ponto central é a inclusão das Reservas Extrativistas no SNUC (Brasil, 2000). Essa mudança normativo-legal transformou significativamente o conceito, modelagem e arcabouço de implementação e gestão dessas áreas (Silva, 2024a). O novo enquadramento — abrangendo aspectos filosóficos, ideológicos e burocrático-estatais — produziu diversas formas adicionais de regulações e controle sobre os residentes e seus direitos territoriais, direcionando as Reservas Extrativistas para assumirem um foco central na dimensão da “conservação da biodiversidade”, através do pensamento e técnica modernos (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Silva, 2024a).

Essa transformação ocorreu à custa da ampla e complexa filosofia do movimento seringueiro, que configurava o conceito original de Reserva Extrativista (Porto-Gonçalves, 1999; Allegretti, 2002; Almeida, 2004; Silva, 2024b; Silva, 2024d). Seus principais objetivos eram o reconhecimento de direitos territoriais e o empoderamento de populações amazônicas historicamente subalternizadas, inicialmente referidas como “trabalhadores”/“camponeses” da floresta (Almeida, 2004). O movimento estimulava-os a assumir a governança de seus destinos e territórios, numa perspectiva de autonomia (Porto-Gonçalves, 2016). Além disso, propunha uma relação convivial, de respeito e reciprocidade, entre o “desenvolvimento” amazônico e a “Floresta”, conforme concebida por eles (Allegretti, 2002).

Como parte deste processo — mas não exclusivamente —, outros pontos são mencionados. Dentre eles, destaca-se a desvalorização dos planos de utilização (instrumento construído pelo movimento seringueiro a partir da sua forma de “entender” e administrar o seu “mundo”), em detrimento de planos de manejo técnicos típicos do campo de áreas protegidas em perspectiva internacional (Lobão e Loto, 2012; Almeida e Rezende, 2013). Isso enfraqueceu o poder das comunidades na gestão de seus territórios, ao colocar o “saber” técnico em preponderância sobre o tradicional (Simonian, 2015; Porto-Gonçalves, 2016; Araújo, 2018; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Prost, 2018; Silva, 2024a).

Além disso, nota-se a transfiguração da lógica autogestionária em conjuntos de estruturas burocrático-estatais que assumem a governança territorial (Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018). Isso é claramente evidente por várias medidas. Primeiramente, a introdução da figura do “chefe” da Reserva Extrativista, nomeado pelo Estado, geralmente dentre os seus funcionários de carreiras de “meio ambiente”.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. *Ensaio de Geografia*.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

Assim como a atribuição do papel de “órgão gestor” à alguma instituição estatal. Outro exemplo é o estabelecimento de um “conselho deliberativo” como instância máxima de gestão de cada reserva (que, por determinação legal, deve ser presidido pelo chefe da reserva e incluir membros externos à comunidade residente).

Ainda, há a reinterpretação dos aspectos de autogestão pretendidos com a figura jurídica do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) (Cunha, 2010; Lobão; Loto, 2012; Almeida; Rezende, 2013; Porto-Gonçalves, 2016; Prost, 2018; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Araújo, 2018). Assim, observa-se um desfazimento das lógicas de autogestão das Reservas Extrativistas pós-SNUC, dando lugar a uma forma-intenção excepcional de tutela e controle estatal sobre os residentes e seus territórios (Guerreiro, 2012; Prost, 2018; Araújo, 2018; Silva, 2024a).

A crítica se estende à extinção do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT/IBAMA) como órgão estatal específico para cogestão dessas áreas a nível federal. Em seu lugar, o ICMBio não teria desempenhado o mesmo papel, constituindo-se como órgão ambiental generalista focado na “conservação da biodiversidade”, negligenciando preocupações com políticas voltadas às comunidades detentoras de direitos territoriais das Reservas Extrativistas, assim como as perspectivas originais de autonomia e autogestão das áreas pelos seus moradores (Almeida; Rezende, 2013; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018).

Nesse contexto, parece-me necessário investigar a homologia entre o conceito-projeto original de Reserva Extrativista e o que foi implementado ao longo do tempo reivindicando o termo Reserva Extrativista e o legado do movimento seringueiro (Allegretti, 2002; Silva, 2024b). Além disso, é importante considerar a avaliação que os moradores fazem da Reserva Extrativista atual, em sua implementação — considerando que esse é um projeto emancipatório dos sujeitos que envolve. Perguntas pertinentes incluem:

- Qual seria o conceito-projeto filosófico-conceitual original de Reserva Extrativista?
- Qual é a coerência entre os princípios e a estrutura de ideias do conceito-projeto original das Reservas Extrativistas e o seu arcabouço burocrático-institucional? Quais incoerências podem ser identificadas?

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

- Quais incoerências são chaves nos conflitos atuais em Reservas Extrativistas?
- Quais recomendações podem ser sugeridas para efetuar ajustes no arcabouço burocrático-institucional, visando assegurar a homologia da Reserva Extrativista institucional com a sua filosofia original?
- Qual é a relação entre a visão de futuro e os projetos de vida dos moradores das Reservas Extrativistas e o proposto pelo conceito-projeto original deste modelo? Quais são as conflitualidades identificadas?
- Qual é a relação entre a visão de futuro e os projetos de vida dos moradores das Reservas Extrativistas e o conjunto burocrático-institucional em implementação associado ao termo RESEX? Quais são as conflitualidades que podem ser identificadas?
- Com base nas questões anteriormente apresentadas nesta seção, quais recomendações podem ser sugeridas para ajustar a modelagem institucional e o arcabouço burocrático-institucional das Reservas Extrativistas, de modo a alinhá-lo filosoficamente com o conceito-projeto original e considerar as percepções emergentes de seus moradores na contemporaneidade? Vale ressaltar que este modelo está fundamentado na prerrogativa de autogestão e autonomia das populações que residem nessas áreas.

Tema 5: O extrativismo¹² “tradicional” no futuro

Os conflitos na implementação das Reservas Extrativistas são ampliados pela crise do extrativismo tradicional como alternativa econômica para esses territórios (Homma, 2012; Medina; Barbosa, 2016; Sousa, 2018). No entanto, tanto o extrativismo quanto as alternativas econômicas de baixo impacto ecológico não se desenvolveram, ou não foram promovidas como o esperado, deixando as economias tradicionais vulneráveis às pressões de *extractivisms*, especialmente em Reservas Extrativistas situadas nas zonas de expansão agropecuária na Amazônia brasileira.

A gradual inserção de economias baseadas em *extractivisms* nessas áreas pode impactar os fundamentos do modelo de desenvolvimento, o capital simbólico e a economia moral

¹² O termo “extrativismo” é considerado manejo sustentável para uso e comercialização de elementos naturais, vegetais e/ou animais.

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

associados às características originais das Reservas Extrativistas (Kröger, 2019). Medina e Barbosa (2016), ao estudarem a questão produtiva em Reservas Extrativistas, afirmam que encontrar soluções econômicas sustentáveis para as populações que vivem em áreas protegidas é um dos principais desafios para a sustentabilidade da Amazônia. E, ainda, que

[os] sistemas tradicionais estão ameaçados pela burocracia governamental, que nega a possibilidade de criação de grandes animais em UCs, mesmo quando a atividade é anterior à criação da unidade; define planos formais de manejo florestal como única opção para o uso comercial das florestas, inclusive com requerimentos inacessíveis para as famílias; e não reconhece os acordos de pesca elaborados pelas comunidades. Sem alternativas para a geração de renda, as famílias estão sendo condenadas à pobreza, à ilegalidade e ao êxodo rural. Tratar da questão produtiva é fundamental para o futuro das Resex no Brasil. (Medina; Barbosa, 2016, p. 69).

A discussão sobre a viabilidade do extrativismo vegetal na Amazônia é ampla, apresenta diversas interpretações, a depender da perspectiva teórico-metodológica utilizada nas pesquisas. Teixeira *et al.* (2018), analisando dados empíricos de 28 Reservas Extrativistas amazônicas, identificaram uma estrutura produtiva complexa, composta principalmente por atividades de agricultura, extrativismo vegetal e pesca, em regime de economia familiar. Esta produção econômica, voltada para o autoconsumo e renda não monetária, frequentemente está ausente ou subdimensionada em dados oficiais. Segundo esses autores, o identificado concorda com o proposto para esta modalidade territorial, propiciando “garantia dos meios de vida, de reprodução social e econômica das comunidades tradicionais em estrita articulação com o uso racional e a conservação dos recursos naturais” (p. 181).

Para Sousa (2018), o extrativismo vegetal, embora considerado ultrapassado pela ortodoxia econômica neoclássica, ganhou destaque como alternativa de “desenvolvimento sustentável” com as crescentes preocupações ambientais e socioculturais das sociedades nas últimas décadas. Estratégias como agregação de valor, tecnologias, ganho de produtividade e formas cooperativas de beneficiamento e comercialização contribuíram para uma visão mais positiva do extrativismo. Embora as avaliações de experiências que empreenderam esse entendimento apontam fraco desempenho econômico, esse autor indica que o seu sucesso deva ser analisado também por parâmetros não econômicos, como aqueles afetos ao bem-viver, à conservação da biodiversidade e aos serviços ambientais associados.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

No entanto, Homma (2012) alerta para os desafios do extrativismo tradicional, como a baixa produtividade da “terra” e da “mão de obra”. Segundo ele, a pulverização espacial da extração dificulta a economia de escala e, conseqüentemente, o sucesso do extrativismo. Homma (2012, p. 43) prevê que a extração de madeira, a pecuária, atividades de roça, dentre outras, poderão levar a uma “reserva extrativista sem extrativismo”.

Nisto, sobre o “extrativismo” “tradicional” no contexto amazônico, três linhas de pesquisa parecem-me fundamentais: experiências de sucesso, potencialidades e oportunidades, e adaptabilidades e desenvolvimentos — as quais represento nas seguintes questões:

- Quais experiências de sucesso baseadas numa economia das florestas e das águas, comunitária ou familiar, destacam-se em Reservas Extrativistas amazônicas?
- Que recomendações podem ser sugeridas para fortalecer e replicar essas experiências bem-sucedidas?
- Com base no conhecimento atual, quais potencialidades e oportunidades podem ser identificadas para o desenvolvimento de economias alternativas e de baixo impacto ecológico, com base nas florestas e nas águas amazônicas, em Reservas Extrativistas? Especial atenção deve ser dada à identificação de cadeias produtivas prioritárias e arranjos de negócios inovadores.
- Quais recomendações podem ser formuladas para orientar políticas públicas e intervenções eficazes no domínio da economia em Reservas Extrativistas?
- Especialmente em termos tecnológicos, quais são as prioridades de desenvolvimento e transferência de técnicas, tecnologias e equipamentos para uma economia “da floresta e das águas” na Amazônia brasileira?
- Que aspectos — filosóficos, técnicos, tecnológicos, de organização territorial e ecológica — podem subsidiar adaptabilidades, inovações e desenvolvimentos para os “extrativismos” “tradicionais” em Reserva Extrativistas amazônicas?

É importante destacar que, diante do amplo desafio de se promover uma economia sustentável da/na Floresta Amazônica, as questões mencionadas acima representam apenas uma síntese das problemáticas associadas. Explorar adequadamente esse tema exigiria um texto específico. No entanto, é fundamental observar que as iniciativas de pesquisa nesse campo são

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

atualmente fragmentadas e carecem de uma política de intervenção macroestruturada. Neste contexto, torna-se imperativo articular as instituições de pesquisa na Amazônia junto com parceiros nacionais e internacionais em um programa dedicado à promoção de uma economia sustentável baseada na “família agroflorestal” amazônica. Diante da magnitude dessa demanda, seria crucial a criação de uma instituição federal, semelhante à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)¹³, porém focada na coordenação de uma rede abrangente de pesquisa e desenvolvimento. Esta instituição desempenharia um papel crucial na disseminação de conhecimento, no financiamento, no acompanhamento e na execução de projetos em áreas protegidas, incluindo unidades de conservação e terras indígenas, especialmente na Amazônia brasileira.

Tema 6: Resiliência em sistemas sociais tradicionais

Uma abordagem de pesquisa potencial para conhecimento dos processos de mudança social, territorial e política em Reservas Extrativistas, envolveria a análise da capacidade de resiliência de comunidades tradicionais e os fatores associados (Cinner; Barnes, 2019; Silva *et al.*, 2024). As populações extrativistas, especialmente as camadas mais jovens, estão imersas em contextos inovadores, marcando uma transição dos ambientes que historicamente moldaram essas comunidades (Silva; Silva; Yamada, 2019). Assim como muitos povos indígenas amazônicos na atualidade, os extrativistas passam da luta pelo reconhecimento de seus direitos territoriais para a responsabilidade de administrar suas áreas sob novos paradigmas, muitos deles influenciados pelas burocracias estatais (Le Tourneau, 2015). Adicionalmente, enfrentam pressões decorrentes dos *extractivisms* em expansão na Amazônia, interações com sistemas culturais diversos, dinâmicas entre “floresta” e cidade, e crescentes demandas monetárias. Essa multiplicidade de pressões e novos contextos impacta significativamente a capacidade de resiliência dessas populações na Amazônia.

Diante desse desafio, surgem questões importantes, como:

¹³ Conforme sugerido por Miguel Scarcello, secretário geral da ONG SOS Amazônia, durante palestra na Semana do Meio Ambiente do IFAC – Campus Xapuri, em 2022.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

- Quais são as características das populações de Reservas Extrativistas em que se observa elevada resiliência dos sistemas socioecológicos diante de contextos de elevada pressão para mudanças produtivo-econômicas?
- Quais fatores contribuem para a variação na resiliência entre diferentes comunidades?
- Por que determinadas comunidades mantêm seus conjuntos onto-epistemológicos tradicionais como fundamentos para seus processos desenvolvimentais?
- Quais recomendações podem ser sugeridas para fortalecer a resiliência dos sistemas socioecológicos presentes em Reservas Extrativistas?
- A escola, a educação e a comunicação podem ser instrumentos poderosos para fortalecer a resiliência dos sistemas sociais? Quais são as experiências bem-sucedidas? Quais recomendações nesses domínios?

Tema 7: Eficácia do modelo no alcance dos seus objetivos, gestão e políticas públicas

Para alguns autores, o destaque é o insucesso do modelo de Reservas Extrativistas no alcance dos seus objetivos, sobretudo no desenvolvimento econômico do “extrativismo tradicional” e na conservação da biodiversidade; além disso, critica-se a falha do modelo em impulsionar melhorias significativas na qualidade de vida dos residentes (Freitas; Florentino; Souza, 2015; Freitas; Silva; Rodrigues, 2016; Amaral; Freitas, 2016; Florentino; Silva; Freitas, 2016; Freitas *et al.*, 2017).

Dentre os argumentos estão: a dependência do Estado e o reduzido apoio econômico para promover conservação ambiental associada às atividades produtivas (Freitas; Silva; Rodrigues, 2016; Amaral; Freitas, 2016); as dificuldades do modelo em considerar a heterogeneidade das realidades sociais, econômicas, ambientais e culturais (Florentino; Silva; Freitas, 2016); o de que essas unidades foram criadas para conservação ecossistêmica, e como as populações buscam melhores condições de vida, e a economia do “extrativismo tradicional” não se manteve no mercado, a conservação ambiental só pode ser mantida pela repressão e exclusão estatal (Freitas *et al.*, 2017; 2018).

A discussão também aborda a baixa implementação de políticas públicas básicas nesses territórios (Freitas; Florentino; Souza, 2015; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Baia; Freitas;

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Silva, 2020), bem como a necessidade de políticas diferenciadas para atender às especificidades das populações amazônicas, especialmente nas áreas de saúde e de educação (Silva; Silva, 2022, 2023a, 2023b).

A gestão das Reservas Extrativistas, abrangendo a sua modelagem e a dos órgãos gestores, também emerge como um tema de discussão, estando na base de diversos conflitos (Guerrero, 2012; Castro, 2013; Almeida; Rezende, 2013; Dumith, 2014; Almeida; Allegretti; Postigo, 2018; Perez, 2018; Prost, 2018; Silva, 2018; Moares, 2018; Choma, 2018; Arnaud, 2019). Para abarcar a diversidade de problemáticas incluídas nesta seção, considero importantes as seguintes questões:

- Como os moradores das Reservas Extrativistas avaliam a sua qualidade de vida, considerando aspectos positivos e negativos?
- Quais propostas eles têm para melhorar sua qualidade de vida nas reservas?
- Como os moradores percebem as políticas públicas a que têm acesso?
- Quais políticas públicas essas populações não têm acesso e consideram como necessárias?
- Quais propostas têm para melhorar as políticas públicas para populações “das florestas e das águas” na Amazônia brasileira?
- Qual é a opinião dos moradores em relação ao modelo e às práticas de gestão das Reservas Extrativistas?
- Quais propostas têm para a gestão das Reservas Extrativistas?

Destaco a importância da contextualização e diferenciação das políticas públicas — uma demanda histórica das populações originárias e tradicionais da Amazônia. Nesse sentido, é essencial realizar pesquisas aplicadas para desenvolver e modelar políticas públicas específicas que garantam direitos nessas áreas. Além disso, é fundamental analisar a efetividade da gestão das instituições responsáveis por essas áreas, incluindo a revisão da sua modelagem organizacional e das políticas e práticas de gestão adotadas, como fiscalização ambiental, monitoramento e controle fundiário, qualidades do reconhecimento e exercício de direitos territoriais, monitoramento ambiental, entre outros.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Lembro que a concepção de efetividade deve considerar principalmente marcadores associados aos fundamentos filosóficos originais do modelo de Reservas Extrativistas¹⁴, e não apenas critérios relacionados à “conservação da biodiversidade” ou aqueles preconcebidos pela cultura do campo de áreas protegidas no mundo, que geralmente modela as instituições gestoras. Por fim, é imperativo monitorar o apoio e o cumprimento dos compromissos estatais em relação a essas áreas e populações.

Características e limitações deste ensaio

Sabe-se que o fazer científico está vinculado às escolhas de cada sujeito que opera o “sistema científico”, podendo variar na filosofia da ciência, na delimitação do objeto, nos objetivos da pesquisa, nos conjuntos teóricos para enquadramento e, logo, nas problemáticas e questões de investigação formuladas. Essa variação é fortemente influenciada pela configuração subjetiva do pesquisador e por suas perspectivas ontológicas e ideológicas (Nunes, 1970; González-Rey; Martínez, 2017)

Dito isto, é importante salientar que a organização de temas e questões de pesquisa apresentadas neste texto está limitada à condição de produção subjetiva de um pesquisador a partir da forma como vê e se relaciona com o processo de implementação das Reservas Extrativistas. Assim, é de caráter sugestivo e tem o objetivo de oferecer subsídios e dialogar com a imaginação científica criativa de outros pesquisadores interessados nessa modalidade, em populações historicamente subalternizadas e na discussão dos futuros amazônicos.

Concluo reiterando o potencial das Reservas Extrativistas, não apenas para a Amazônia, incluindo sua biodiversidade e populações humanas, mas também para a promoção de alternativas à sociedade moderna capitalista hegemônica, que enfrenta profundas crises (Escobar, 2022). Acredito que sua gestão adaptativa e a implementação integral (em coerência com seu conceito-projeto original) podem contribuir significativamente para a realização desse potencial — um fim para o qual esta agenda de pesquisa visa colaborar.

¹⁴ Seriam exemplos destes marcadores: capacidade percebida de autogestão das organizações próprias dos moradores, percepção de autonomia e dignidade social, nível percebido de autogovernança da Reserva Extrativista, qualidade percebida da economia agroflorestal, perspectiva percebida de autodesenvolvimento da economia familiar, entre outras.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Referências

ALEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o movimento dos seringueiros.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) - Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

ALMEIDA, M. W. B. Direitos à Floresta e Ambientalismo: os seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 34-53, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092004000200003>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W.; REZENDE, R. S. Uma Nota sobre Comunidades Tradicionais e Unidades de Conservação. **Ruris**, v. 7, n. 2, p. 185-190, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.53000/rr.v7i2.1887>. Acesso em: 07 nov. 2022.

ALMEIDA, M. W. B.; ALLEGRETTI, M. H.; POSTIGO, A. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 48, p. 74-98, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.60499>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AMARAL, V. S.; FREITAS, J. S. Estado Ineficiente Promove Reservas Extrativistas (In) Sustentáveis Na Amazônia. **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 309, p. 1-12, 2016. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/estado.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ANDRADE, M. M. **Organização social na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns: sistemas sociais em mudança.** Tese (Doutorado em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2019.

ARAÚJO, V. P.; NICOLAU, O. S. Participação social na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo: uma análise dos instrumentos de gestão sob a ótica da decolonialidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 299-320, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58831>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ARNAUD, M. J. C. **As ações do Estado e dos movimentos socioterritoriais em conflitos na reserva extrativista “Verde para sempre” em Porto de Moz, estado do Pará.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

BAIA, A. M.; FREITAS, J. S.; SILVA, D. C. C. Crise Socioambiental de Reserva Extrativista Marinha na Amazônia. **DELLOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 13, p. 84-94, 2020. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/dellos/36/reserva-marinha-amazonia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARRETTO FILHO, H. T. Bolsonaro, Meio Ambiente, Povos e Terras Indígenas e de Comunidades Tradicionais: uma visada a partir da Amazônia. **Cadernos de Campo**, v. 29, n.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

2, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe178663>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BECKERT, S.; BOSMA, U.; SCHNEIDER, M.; VANHAUTE, E. Commodity frontiers and the transformation of the global countryside: a research agenda. **Journal of Global History**, v. 16, p. 435-450. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1740022820000455>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BRASIL. **Lei 9.985**. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o SNUC e dá outras providências, 2000.

CASTELO, C. E. F. **Experiências de seringueiros de Xapuri no Estado do Acre e outras histórias**. Rio de Janeiro: Editora AMC Guedes, 2015.

CASTRO, R. R. A. **Comunidades tradicionais e unidades de conservação no Pará: a influência da criação da Reserva Extrativista Rio Xingu - Terra do Meio, nos modos e vida das famílias locais**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CHAGNON, C. W.; DURANTE, F.; GILLS, B. K.; HAGOLANI-ALBOV, S. E.; HOKKANEN, S.; KANGASLUOMA, S. M. J.; KONTTINEN, H.; KRÖGER, M.; LAFLEUR, W.; OLLINAHO, O.; VUOLA, M. P. S. From extractivism to global extractivism: the evolution of an organizing concept. **Journal of Peasant Studies**, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03066150.2022.2069015>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CHOMA, J. L. **Os saberes do camponês da floresta: modo de vida, conflitos e etnoconhecimento seringueiro na RESEX Chico Mendes (AC)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CINNER, J. E.; BARNES, M. L. Social dimensions of resilience in social-ecological systems. **One Earth**, 1(1), 51-56, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.oneear.2019.08.003>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CUNHA, C. C. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no Estado brasileiro dos anos 1990-2010**. 308f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DUMITH, R. C. Dez anos de r-existência da Reserva Extrativista de Canavieiras (BA): análise dos conflitos inerentes à reprodução social e política das suas comunidades tradicionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, p. 367-391, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58675>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaios de Geografia**.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

ENFERM, A. P. Revisão Sistemática X Revisão Narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, p. 2, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 nov. 2022.

ESCOBAR, A. **Autonomía y diseño: la realización de lo comunal**. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.

ESCOBAR, A. Reinterpretando las civilizaciones: de la crítica a las transiciones. **ARQ (Santiago)**, n. 111, p. 24-41, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962022000200024>. Acesso em: 24 dez. 2022.

FITTIPALDY, M. C. P. M. **Reserva Extrativista Chico Mendes: dos empates à pecuarização?** Rio Branco: Edufac, 2017.

FITTIPALDY, M. C. P. M.; CASTELO, C. E. F. Há boi pastando, há desmatamento e outras coisas mais: o retrato da RESEX Chico Mendes. **Conexões**, v. 9, n. 2, p. 35-68, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/Conexoes/article/view/13749/9577>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FLORENTINO, D. G.; SILVA, D. C. C.; FREITAS, J. S. Análise de reservas extrativistas a partir da economia ecológica. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, v. 16, p. 1-11, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/16/reservas.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FONSECA, A.; ALVES, A.; RIBEIRO, J.; SOUZA JR., C. **Ameaça e Pressão e Desmatamento em Áreas Protegidas: SAD de fevereiro de 2020 a abril de 2020**. Belém: **Imazon**, 2022. Disponível em: <https://imazon.org.br/wp-content/uploads/2022/05/AP-Janeiro-a-Marco-de-2022.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRANCO, A. O.; SAHR, C. L. L. De modelo ideal de gestão territorial à realidade atual: as disfuncionalidades na Reserva Extrativista Chico Mendes (Acre/Brasil). **RA'EGA**, v. 54, p. 37-58, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v54i0.74076>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S.; FLORENTINO, G. D.; SOUZA, J. V. F. O Mito Das Unidades De Conservação De Uso Sustentável Na Amazônia. **DELLOS: Desarrollo Local Sostenible**, v. 8, p. 1-22, 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/dellos/22/sociedad-ambiente.zip>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S.; SILVA, D. C. C.; RODRIGUES, M. Areas Protegidas En Al Amazon: Un Análisis Institucional Extractiva Reserva El Alto Juruá. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 6, p. 1-13, 2016. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2016/01/amazonas.html>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FREITAS, J. S.; MATHIS, A.; FILHO, M. C.; HOMMA, A. K.; SILVA, D. C. Reservas Extrativistas Na Amazônia: Modelo Conservação Ambiental E Desenvolvimento Social? **Geographia (UFF)**, v. 19, p. 150, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13806>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S. **Conflitos entre sobrevivência familiar e conservação ambiental em reservas extrativistas da Amazônia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/handle/2011/10460>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FREITAS, J. S.; FILHO, M. C.; HOMMA, A. K.; MATHIS, A. Reservas Extrativistas sem extrativismo: uma tendência em curso na Amazônia? **Revista de Gestão Social e Ambiental**, v. 12, n. 01, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v12i1.1388>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GONZÁLEZ REY, F.; MARTINEZ, A. M. **Subjetividade**: teoria, epistemologia e método. Campinas: Alínea. 2017.

GUERRERO, N. R. **Em terra vestida: contradições de um processo de territorialização camponesa na Resex Quilombo do Frechal (MA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12062013-111221/pt-br.php>. Acesso em: 30 nov. 2022.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. Grandezas e desventuras da Amazônia: construção de sentidos e representação de interesses no debate político recente. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 50, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.52780/res.14628>. Acesso em: 30 nov. 2022.

HOELLE, J. **Rainforest Cowboys. The Rise of Ranching and Cattle Culture in Western Amazonia**. Austin: University of Texas Press, 2015.

HOMMA, A. K. O. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? **Estudos Avançados**, v. 74, n. 26, p. 167-186, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100012>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KRÖGER, M. Deforestation, cattle capitalism and neodevelopmentalism in the Chico Mendes Extractive Reserve, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 3, p. 464-482, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2019.1604510>. Acesso em: 30 nov. 2022.

KRÖGER, M. **Extractivisms, Existences and Extinctions: Monoculture Plantations and Amazon Deforestation**. Londres, Routledge, 2021a.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

KRÖGER, M. Frontiers of Existence: Redefining Who Can Exist and How at Resource Frontiers. **Suomen Antropologi: Journal of the Finnish Anthropological Society**, v. 46, n. 01, p. 77- 96, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.30676/jfas.v46i1.99900>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LE TOURNEAU F. M. The Sustainability Challenges of Indigenous territories in Brazil's Amazonia. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, 14, p. 213-220, 2015. Disponível em: <https://shs.hal.science/halshs-01241071/document>. Acesso em: 30 nov. 2022.

LOBÃO, R. J. S.; LOTO, L. Análise de dois casos de modelos de gestão compartilhada em pescarias artesanais: Reservas Extrativistas Marinhas (Brasil) vs. áreas de manejo e exploração de recursos bentônicos (Chile). **Confluências**, v. 14, n. 1, p. 1-18, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/confluencias/article/view/34393/19794>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MACHADO, R. B. *et al.* As várias faces das ameaças às áreas de conservação no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 72, n. 2, p. 58-64, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602020000200015>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MACIEL, R. C. G.; MANGABEIRA, J. A. C.; KASSAI, J. R. **Reserva Extrativista "Chico Mendes"**: a socioeconomia 25 anos depois. Triunfo, PE: Omnis Scientia, 2021.

MALUF, R. S. Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 15, p. 53-86, 2000. Disponível em: <https://www.revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/177/173>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MASCARENHAS, F.; BROWN, I. F.; SILVA, S. S. Desmatamento e incêndios florestais transformando a realidade da Reserva Extrativista Chico Mendes. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 48, p. 236-262, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58826>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MEDINA, G. S.; BARBOSA, C. W. S. A questão produtiva nas Reservas Extrativistas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 19, n. 2, p. 69-88, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i2.2318>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MELO, M. A. C.; AGOSTINHO, M. C. E. Gestão adaptativa: uma proposta para o gerenciamento de redes de inovação. **Revista de Administração Contemporânea**, v. p. 11, 93-111, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552007000200006>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MEMORIAL CHICO MENDES. Quem somos. **Memorial Chico Mendes: vai além de uma história**. Manaus, 2022. Disponível em: https://www.memorialchicomendes.org/?page_id=30. Acesso em: 30 nov. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**.

Niterói, vol. 11, nº 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

MMA – Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br>. Acesso em: 30 nov. 2022.

MORAES, E. N. S. **RESEX Terra Grande - Pracuúba: (Re)conhecer saberes locais para a transgressão da gestão de unidade de conservação no cuidado do território de uso comum**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MORELLI, C. The Right to Change Co-Producing Ethnographic Animation with Indigenous Youth in Amazonia. **Visual Anthropology Review**, v. 37, n. 2, p. 333-355, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/var.12246>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NASCIMENTO, J. **Nos maretórios da Amazônia: os desafios da gestão compartilhada nas Reservas Extrativistas Marinhas do nordeste do estado do Pará**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021

NUNES, A. S. Questões preliminares sobre as ciências sociais. **Análise Social**, v. 8, n. 30/31, p. 201-298, 1970. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122425711509mQI6ho5Rk43GI8.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PANTOJA, M. C.; COSTA, E. L.; POSTIGO, A. A. A presença do gado em Reservas Extrativistas: algumas reflexões. **Revista Pós Ciências Sociais**. v. 6, n. 12, São Luis: UFMA, 2009. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/60>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PEREIRA, L. B. **Evolução da pecuária bubalina e a transformação dos ecossistemas na RESEX Verde para Sempre: um olhar a partir da análise retrospectiva**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PEREZ, P. C. R. **A produção da floresta “em pé” - RESEX Chico Mendes (AC), do projeto à realização**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PÉREZ, M. S.; SAAVEDRA, C. A Call for Onto-Epistemological Diversity in Early Childhood Education and Care: Centering Global South Conceptualizations of Childhood/s. **Review of Research in Education**, v. 41, n. 1, p. 1–29, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3102/0091732X16688621>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O Difícil Espelho: a originalidade teórico-política do movimento dos seringueiros e a confluência perversa no campo ambiental no Acre. In: PORTO-GONÇALVES, C. W.; HOCSMAN, L. D. (Org.). **Despojos y resistencias en América Latina**, Abya Yala. 1ªed. Buenos Aires: Estudios Sociológicos Editora, 2016, p. 107-140.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaios de Geografia**.

Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia Essays of Geography | POSGEO-UFF

PORTO-GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira. **GEOgraphia**, n. 2, p. 67-88, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13352>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PROST, C. Reservas Extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso? **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 48, p. 321-342, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58351>. Acesso em: 30 nov. 2022.

QUINZEIRO NETO, T.; LOURENÇO JUNIOR, J. B.; GARCIA, A. R.; SANTOS, J. C.; SANTOS, M. A. S.; NERES, L. S. A bubalinocultura em áreas de reserva extrativista na Amazônia: o caso da Resex Verde para Sempre, Porto de Moz, Estado do Pará. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, v. 9, n. 18, p. 115-136, 2014. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1030031>. Acesso em: 30 nov. 2022.

RIBEIRO, B. E. S.; TEIXEIRA, S. R. A. Bolsonarismo e questão indígena no Brasil: discursividades, autoritarismo e os limites democráticos na política contemporânea. **Caderno de Letras**, n. 41, p. 67-93, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/cdl.v0i41.21326>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SANTOS, B. S. **O fim do império cognitivo**. Coimbra: Almedina, 2018.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: the agribusiness economy and its social and environmental conflicts. **Land Use Policy**, n. 79, p. 326-338, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.08.030>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, A. G.; SILVA, F. C.; YAMADA, T. Reprodução social de populações tradicionais e pecuária na Reserva Extrativista Chico Mendes: reflexões a partir dos projetos de vida de jovens extrativistas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 52, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v52i0.65423>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, A. G.; SILVA, F. C. Da Educação Rural à “Educação na Floresta”: um chamado para a geração de uma escola Amazônica. In: SOARES, A. M. (Org.). **Métodos e práticas pedagógicas: estudos, reflexões e perspectivas 4**. Ponta Grossa: Aya editora, 2022, p. 162-183. Disponível em: <https://repositorio.ifac.edu.br/jspui/handle/123456789/136>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SILVA, A. G.; SILVA, F. C. Resiliência na Amazônia brasileira: por uma política e sistema de educação para populações tradicionais extrativistas. **IA Policy Briefs Series**, n. 1, p. 1-10, 2023a. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7505496>. Acesso em: 09 jun. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.
Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SILVA, A. G.; SILVA, F. C. Salvar a Amazônia? Cultivando a “Educação na Floresta”. **Linhas Críticas**, v. 29, 2023b. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc29202346828>. Acesso em: 9 jun. 2023.

SILVA, A. G. Reservas Extrativistas Pós-SNUC: Problemáticas decorrentes. **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, v. 6, n. 2, 2024a. No prelo. Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.11592.94726>. Acesso em: 09/07/2024.

SILVA, A. G. **Que é Reserva Extrativista?** Uma homolo-crítica conceitual. São Paulo: Dialética, 2024b. No prelo.

SILVA, A. G.; SILVA, F. C.; LORY, S. P.; RÊGO, T. V.; CLAROS, X.; ROJAS, T. M. C. Pontos de inflexões em sistemas socioecológicos amazônicos: Imaginando futuros alternativos com juventudes rurais do Acre (Brasil) e Pando (Bolívia). **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 2024, v. 64, 2024c. (no prelo). Disponível em: <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.30849.43366>. Acesso em: 09/07/2024.

SILVA, A. G.; RODRIGUES, O. A.; COSTA, L. S. Memórias do movimento social “seringueiro”: Wilson Pinheiro, Chico Mendes e Osmarino Amâncio. In: RIBEIRO, M. F. B.; MELO, A. D. **Patrimônio Cultural e Memória no MERCOSUL**. 1ª ed., Curitiba: CLAEC, 2024d. Disponível em: <https://doi.org/10.23899/9786589284642>. Acesso em: 09/09/2024.

SILVA, M. F. **Política Pública na Resex Chico Mendes**: Análise do Programa “Floresta Plantada” na comunidade ramal da Torre (2014-2018). Dissertação (Maestría en Estado, Gobierno y Políticas Públicas) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Brasília, 2023. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/handle/10469/19462>. Acesso em: 24 dez. 2023.

SILVA, R. R.; CARNEIRO, A. M.; IMURA, C. Avaliação, implementação e gestão adaptativa de políticas e programas. **Revista Brasileira de Avaliação**, v. 11, n. 2, 2022. Acesso em: <https://doi.org/10.4322/rbaval202211038>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas e participação social nas Reservas Extrativistas amazônicas: entre avanços, limitações e possibilidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58920>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SOUSA, W. P. Extrativismo e desenvolvimento no contexto amazônico. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 35, n. 2, p. 207-228, 2018. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/26405/14314>. Acesso em: 30 nov. 2022.

SPÍNOLA, J. N.; CARNEIRO FILHO, A. Criação de gado em Reservas Extrativistas: ameaça ou necessidade? O caso da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, Pará, Brasil.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**.

Niterói, vol. 11, nº 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 51, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v51i0.62902>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TEBET, G.; TRIMBLE, M. Co-gestão adaptativa em áreas protegidas: reflexões a partir da estação ecológica de Guaraqueçaba, Paraná. **GEOSUL**, v. 34, n. 73, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n73p217>. Acesso em: 30 nov. 2022.

TEIXEIRA, T. C. W.; NOTTINGHAM, M. C.; FERREIRA NETO, J. A.; ESTRELA, L. M. B.; SANTOS, B. D. V. S.; FIGUEIREDO, N. A. A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 48, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v48i0.58805>. Acesso em: 30 nov. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Anselmo Gonçalves da. Reservas Extrativistas na Amazônia Brasileira: temas e questões de pesquisa. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 11, n° 24, e112418, 2024.

Submissão em: 10/06/2023. Aceito em: 29/08/2024.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons